

APARELHOS DE CONTROLE: uma análise arquegenealógica de estabelecimentos religiosos no Tocantins

CONTROL DEVICES: an archegenealogical analysis of religious establishments in Tocantins

Thiago Barbosa Soares³

RESUMO: Este artigo possui o objetivo de examinar as relações de poder envolvidas na constituição de instituições no Estado do Tocantins, em especial os estabelecimentos religiosos, associados aos de saúde e educação. Para tanto, faz-se uso do consagrado método qualitativo-interpretativo da Análise do Discurso voltado para a descrição heurística dos sentidos presentes na matéria intitulada “Tocantins tem mais estabelecimentos religiosos do que instituições de educação e saúde, revela IBGE” (JARDIM, 2024), publicada no Jornal Opção. Desse modo, são mobilizadas as noções operações de dispositivo, enunciado, formação discursiva e episteme, a partir das quais se verticaliza a leitura do objeto delineado. Como resultado desta investigação, verificou-se, para além do alcance da propositura traçada para este artigo, os constituintes internos do enunciado notícia, o alinhamento do dispositivo, e a ancoragem de saberes dispostos no objeto em uma formação discursiva progressista e em uma episteme igualitária.

Palavras-chave: Discurso do Norte; Estabelecimentos religiosos; Tocantins.

ABSTRACT: This article aims to examine the power relations involved in the constitution of the institutions in the State of Tocantins, especially religious establishments, associated with health and education. To this end, we use the renowned qualitative-interpretive method of Discourse Analysis aimed at the heuristic description of the meanings present in the article entitled “Tocantins tem mais estabelecimentos religiosos do que instituições de educação e saúde, revela IBGE” (JARDIM, 2024), published in Jornal Opção. In this way, the notions of device operations, statement, discursive formation and episteme are mobilized, from which the reading of the outlined object is verticalized. As a result of this investigation, it was verified, beyond the scope of the proposition outlined for this article, the internal constituents of the news statement, the alignment of the device, and the anchoring of knowledge arranged in the object in a progressive discursive formation and in an egalitarian episteme.

Keywords: Northern Discourse; Religious establishments; Tocantins.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sabe-se que, com o advento da modernização das cidades, o regime de urbanização, em suas mais diversas especificidades, faz com as instituições sociais tenham seu funcionamento observado, quando não fiscalizado, pelo poder público. Os aglomerados organizados politicamente, cuja gestão funciona segundo a ótica legislativa, executiva e judiciária, são centros de desenvolvimento da vida em coletividade e, por meio dos quais, pode-se projetar novos horizontes para a socialização e uso consciente

³ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor adjunto no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>. Email: thiago.soares@mail.uft.edu.br.

dos espaços destinados a tal finalidade. Nesse direcionamento, é possível compreender a constante demanda das cidades por estruturar seus estabelecimentos, de modo a favorecer e/ou instaurar a cultura tanto global quanto a local referente a costumes, valores, instrução etc. Conforme explica Dias (2016), os trajetos e localidades urbanas também são percursos políticos, que, paralelamente, significam espaços e sujeitos, atribuindo-lhes funções e modos de vida característicos, onde conflitos ou estranhamentos expõem as fronteiras que engendram o discurso urbano⁴.

Os dizeres que alimentam, estruturam e recortam as cidades, produzem ecos cuja legibilidade pode ser observada nas práticas de seus cidadãos, entretanto, a configuração imaterial distribuída entre os poderes das instituições sociais, conforme suas respectivas importâncias, fundamenta-se, sobretudo, na maior ou na menor dependência que a população possui das atribuições daquelas. Em outros termos, ainda que haja uma necessidade comum por parte de todos os moradores tanto das regiões urbanas e rurais dos elementos básicos providos por entidades responsáveis pela distribuição de água, esgoto, energia etc., as demais organizações somente conseguem desenvolvimento por adesão e, por conseguinte, quanto maior for essa, maior será sua relevância e impacto no circuito social no qual se insere. Trata-se, em termos de compreensão materialista-histórico, de aparelhos ideológicos (ALTHUSSER, 1992).

Na esteira althusseriana, verifica-se o funcionamento de uma sociedade segundo a qual sua organização dá-se pela instalação de instituições, cuja representação virtual no seio coletivo introjeta valores. Nos termos de Althusser (1992), “Designa-se pelo nome de aparelhos ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1992, p. 68). Nesse direcionamento anteposto, elucida-se o fato de que tais aparelhos integram a força de atuação e permanência das formas de governo que, por sua vez, manifestam-se segundo a maior ou a menor carência da população, por um lado, e, por outro, instituem o valor dos comportamentos no interior do circuito social no qual se alastram. Por essa razão, há, segundo a perspectiva althusseriana, uma divisão entre os

⁴ Tal tipologia não será mobilizada como uma ferramenta de estabilização dos sentidos produzidos a partir de um conjunto de sintagmas disponibilizados no interior de uma cidade alvo. Essa justificativa deve-se ao fato de que existe essa possibilidade no horizonte interpretativo deste artigo, mas que, por escolha, não será um dos trajetos palmilhados por esta investigação.

aparelhos repressivos de Estado, polícia, exército e demais forças de segurança, e os aparelhos ideológicos de Estado, como escola, religião, política, entre outros. Em poucas palavras, um serve-se da força coercitiva para que haja a preservação, *mutatis mutandis*, do próprio Estado; outro emprega, por meio da disseminação de ideais, o método de disciplinarização silenciosa.

Dentre alguns dos aparelhos ideológicos de Estado, encontram-se a escola, a igreja e o jornal (como empresa física ou digital). Destaca-se o fato de que os dois primeiros carecem de representatividade institucionalizada em sedes, isto é, em estruturas funcionais de uso, ao passo que o último exemplo pode possuir apenas uma virtualidade no sistema discreto de produções de informações contemporâneas. Com base nessas elucidações, que tocam diretamente a diligência segundo a qual a propositura deste artigo ampara-se, faz-se a seguinte indagação, cuja resposta possivelmente se dê com maior precisão ao final desta investigação, há alguma relação entre a distribuição, no quesito de incidência, de certos aparelhos ideológicos de Estado em como a sociedade organiza-se? Importa lembrar que, como explicita Althusser (1992) acerca dos aparelhos ideológicos de Estado, “Pouco importa se as instituições que os constituem sejam públicas ou privadas. O que importa é o seu funcionamento” (ALTHUSSER, 1992, p. 69). Assim, em um plano perquiridor, a compreensão da disposição dos aparelhos ideológicos de Estado pode fornecer indícios, entre outros elementos, de como valores e sentidos são disseminados em determinadas regiões nas quais se instalam.

Feito esse breve levantamento sobre os aparelhos ideológicos de Estado⁵ e sua horizontalização como propagadores de discursos no interior do circuito social, a propositura deste texto é examinar as relações de poder envolvidas na constituição de tais instituições no Estado do Tocantins, em especial os estabelecimentos religiosos, associados aos de saúde e educação. Para tanto, faz-se uso do consagrado método qualitativo-interpretativo da Análise do Discurso, por meio de alguns de seus conceitos operacionais, voltado para a descrição heurística dos sentidos presentes na matéria intitulada “Tocantins tem mais estabelecimentos religiosos do que instituições de

⁵ Para a melhor compreensão deste artigo, os aparelhos ideológicos de Estado são tomados não como obras de um dado governo, mas, antes, são disseminadores de ideais e valores que podem ser universalizantes e, por meio desse expediente, servem a um domínio mais ou menos pacífico, ainda que conflitos e assimetrias continuem existindo no circuito social no qual tais instituições vigorem.

educação e saúde, revela IBGE” (JARDIM, 2024), publicada no Jornal Opção. Diante desse objetivo e almejando a melhor arquitetura argumentativo-textual, este artigo é dividido conforme as seguintes seções designadas em negrito. **Considerações teórico-metodológicas**, nas quais são explicitadas as noções de dispositivo, enunciado, formação discursiva e episteme. **Análise: estabelecimentos religiosos no Tocantins**, na qual se verticaliza a leitura do objeto delineado, a partir da mobilização dos instrumentos interpretativos anteriormente mencionados. Encerra-se este estudo com as **Considerações finais**, nas quais se verificam as possíveis contribuições acerca do trajeto ora percorrido.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Nesta seção, os principais conceitos operacionalizados para descrever e interpretar a notícia “Tocantins tem mais estabelecimentos religiosos do que instituições de educação e saúde, revela IBGE” (JARDIM, 2024) são expostos segundo a matriz epistemológica na qual emergem e da qual são extraídos para alcançar o alvo desta investigação. Nesse direcionamento, as noções de dispositivo, enunciado, formação discursiva e episteme, integrantes do arcabouço arqueogenealógico foucaultiano, compõem a força motora sem a qual não é possível um exame qualificado do objeto eleito para a compreensão das relações de poder envolvidas na constituição de determinados aparelhos ideológicos no Estado do Tocantins, muito menos a uma discussão qualificada acerca das vizinhanças dessa temática. Todavia, antes da verticalização desses operadores, cabe uma breve elucidação acerca da continuidade do emprego do sintagma aparelhos ideológicos de Estado, formulado por Althusser (1992), porquanto esse, ao fazer referência a um centro teórico materialista, diverge, em grau heurístico, do manancial no interior do qual são forjadas as noções ora propostas para análise. Desse modo, a manutenção da terminologia althusseriana volta-se mais a percepção do que ao caráter de conteúdo das instituições, ao passo que as noções arqueogenealógicas voltam-se à discriminação tanto da estrutura quanto de seus efeitos no circuito coletivo.

Após as elucidações acima, seguindo o planejamento traçado para esta seção, volta-se ao necessário recenseamento dos operadores interpretativos propostos para esta investigação que, por serem aplicados à virtualidade do funcionamento social no qual a matéria eleita para análise insere-se, não prescindem da concepção de discurso. Em vista

de tal precedência epistemológica, cabe o delineamento do discurso, segundo o mirante foucaultiano, como um conjunto de sentidos orientados, ou nas próprias palavras de Foucault (2012), o discurso é “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2012, p. 131). Como, *per si*, a definição torna-se um tanto quanto vaga se não for remetida aos seus elementos integrantes, como em um processo de hiperonímia, faz-se necessário o encadeamento entre o enunciado que é englobado por uma dada formação discursiva.

Nessa toada explicativa, o enunciado, que se integra a uma determinada formação discursiva, possui uma configuração discursiva, isto é, para Kremer-Marietti (1977), embasada no método arqueogenalógico, “A função do enunciado – já que ele é essencialmente função – não é fazer aparecer um referente nem um sentido” (KREMER-MARIETTI, 1977, p. 121). Ela continua: “o enunciado é mais que um conjunto de signos reunido há um suporte material; eles supõem definições, regras, convenções de escrita” (KREMER-MARIETTI, 1977, p. 122). Por sua vez, Deleuze (2017) anuncia acerca do enunciado: “este tem um objeto discursivo que não consiste, de modo algum, num estado de coisas visado, antes deriva, pelo contrário, do próprio enunciado” (DELEUZE, 2017, p. 19-20). Nesse direcionamento elucidativo, Deleuze assevera: “O enunciado é em si mesmo repetição, embora aquilo que repita seja outra coisa, que, porém, lhe pode ser estranhamente semelhante quase idêntica” (DELEUZE, 2017, p. 25).

No encadeamento do enunciado, encontra-se a formação discursiva que, por sua vez, pode ser entendida como um “guarda-chuva” no interior do qual se ancoram os enunciados, ou melhor, a formação discursiva é a própria possibilidade de emersão desses, segundo uma restrição complementar cujo impacto é uma segmentação discursiva das eventuais regras de funcionamento do enunciado. A esse respeito, Foucault (2012) afiança que “Uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam” (FOUCAULT, 2012, p. 86-87). Ele, para verticalizar essa perspectiva sobre a formação discursiva, diz: “em outros termos, se se puder mostrar como todas derivam (malgrado sua diversidade por vezes extrema, malgrado sua dispersão no tempo) de um mesmo jogo de relações” (FOUCAULT, 2012, p. 87). Portanto, a formação discursiva possui, entre outras características que incidem na organização do enunciado, a conformação às relações de poder envolvidas na produção dos sentidos nela entrecruzadas.

Diante do horizonte desenhado acima, apreende-se a imbrincada propriedade da formação discursiva, cujo endosso de Foucault (2012) afirma que “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, (...) diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (...)” (FOUCAULT, 2012, p. 43; grifos do autor). A partir da mobilização da formação discursiva, em suas diversas facetas, instaura-se sua prática por meio do dispositivo. Contudo, por mais que aqui essa noção ganhe um recorte, sua composição teórica é bastante ampla e abrangente, volta-se, como afirma Agamben (2005), “Um conjunto heterogêneo que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc.” (AGAMBEN, 2005, p. 9). Em outros termos, o dispositivo, conforme seu domínio de atuação, coloca em marcha uma ou mais formações discursivas, a depender das relações de poder segundo as quais seu funcionamento dá-se no circuito social. É justamente nesse direcionamento que Agamben (2005) assevera: “O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve em uma relação de poder. É algo geral (um *reseau*, uma “rede”) porque inclui em si a episteme” (AGAMBEN, 2005, p. 10).

Ao extrair o dispositivo de sua grande extensão, de maneira a verificá-lo nesta investigação, aqui, para fins práticos de estudo, o veículo no qual a matéria intitulada “Tocantins tem mais estabelecimentos religiosos do que instituições de educação e saúde, revela IBGE” (JARDIM, 2024) figura como um dispositivo disseminador de informações. Por essa razão, o Jornal Opção é o principal dispositivo com o qual a análise, a seguir, precisa ocupar-se, ainda que, seja preciso reconhecer, o próprio IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do qual a notícia retira suas fontes, também seja um dispositivo com um funcionamento derivado de uma política específica de Estado, tal consideração está delineada no horizonte analítico traçado para esta investigação. Com base no dispositivo e sua arquitetura espraiada, pode-se avançar para a delimitação da noção arqueogenealógica de episteme, que, como um grande guarda-chuva, compreende necessariamente aquele.

De forma genérica e iniciante, a episteme pode ser descrita como um conjunto de crenças, cuja ocorrência dá-se a partir de sentidos estruturantes dos dispositivos que orientam as formações discursivas e materializam-se nos enunciados circulantes na

sociedade. Acerca da episteme, Foucault (2007) diz: “Numa cultura e num dado momento, nunca há mais que uma episteme, que define as condições de possibilidade de todo saber. Tanto aquele que se manifesta numa teoria quanto aquele que é silenciosamente investido numa prática” (FOUCAULT, 2007, p. 230). Assim, pode-se afirmar que a episteme liga-se ao saber, plasmado, mediante o emprego de práticas de poder, na constituição dos enunciados existentes nas diversas formações discursivas, arregimentadas pelos mais variados dispositivos. Em vista dessa configuração, é possível asseverar que a episteme de uma dada época contém saberes, e suas múltiplas relações de poder implicadas, cujo desdobramento interpretativo é o quadro funcional ou a partitura do circuito social ao qual faz alusão. Em outras palavras, a episteme, por sua complexidade inerente à performance da coletividade, trata-se da própria ancoragem heurística de sentidos vigentes, recortados segundo tempo, espaço e demais processos históricos de produção de saberes.

Com o objetivo de explicitar a relação entre a episteme e a formação discursiva, na qual os enunciados funcionam, traz-se para este recenseamento teórico-metodológico as concepções de língua que, ilustrativamente, referem-se a três epistemes relativamente distintas. Uma primeira é a de espelhamento do mundo, na qual, segundo Soares (2023), “A língua, no interior dessa concepção, serve para representar o mundo, o pensamento e o conhecimento” (SOARES, 2023, p. 176). A partir dessa episteme emergem formações discursivas cuja retratação dos objetos e sujeitos reflete seu núcleo, a língua como reprodução “fidedigna” do mundo. Outra episteme reguladora de sentidos acerca da língua, conforme explica Soares (2023), “é a de instrumento de comunicação. A língua, então, é percebida como um código com o qual um emissor comunica a um receptor mensagens” (SOARES, 2023, p. 176). Essa episteme, ainda em vigor, fundamenta a conexão entre os elementos da comunicação e, conseqüentemente, desses com a criação dos sentidos, de modo que as formações discursivas ancoradas em sua – eis a necessidade de uso de uma expressão foucaultiana precisa para esta explicação – “vontade de verdade” expressam, em maior ou menor medida, tal episteme. Portanto, explicitadas as noções de dispositivo, enunciado, formação discursiva e episteme, na ordem orgânica que melhor coube à estrutura argumentativo-metodológica deste artigo, passa-se à seção seguinte.

ANÁLISE: ESTABELECIMENTOS RELIGIOSOS NO TOCANTINS

Para cumprir o objetivo principal deste texto, examinar as relações de poder envolvidas na constituição de aparelhos ideológicos de Estado do Tocantins, em específico, o estabelecimento religioso, tece-se o arcabouço argumentativo derivado da proposta arqueogenológica foucaultiana, apresentada mais acima, com vistas a investigar os sentidos, e conseqüentemente, a discursividade presente na matéria intitulada “Tocantins tem mais estabelecimentos religiosos do que instituições de educação e saúde, revela IBGE” (JARDIM, 2024), veiculada no Jornal Opção. Em tal horizonte delineado, as noções de dispositivo, enunciado, formação discursiva e episteme são mobilizadas para a compreensão das tanto das simetrias quanto das assimetrias existentes na estruturação da representatividade de alguns aparelhos ideológicos de Estado publicizada na notícia escolhida para figurar como corpus deste estudo. Assim, para iniciar o processo analítico, faz-se imprescindível a descrição do dispositivo no qual a referida informação ganhou circulação, isto é, o Jornal Opção.

Nesse direcionamento de apreensão das características de organização do dispositivo comunicativo em questão, pode-se mencionar o fato de que o veículo possui uma estrutura predominantemente virtual nos dias de hoje, porém, quando de sua fundação, em meados de 1975, possuía uma disseminação física, como todos os materiais de natureza informativa. Desse modo, cabe o destaque para dois elementos: ser anterior à fundação do Estado do Tocantins e possuir relevância nesse. Ora, como foi assinalado com bastante propriedade por Soares e Boucher (2023), o discurso do Estado do Tocantins remete ao “discurso fundador do Estado, cujo principal efeito de sentido é a importância do tamanho da obra em detrimento ou de suas explicações oficiais, ou da proporcionalidade entre obras e suas sinalizações” (SOARES; BOUCHER, 2023, p. 66-67). Em outros termos, o Jornal Opção possuir projeção em um Estado no qual as redes de sentidos políticos são predominantemente estáveis desde seu surgimento é um indício de que, em seu circuito de atuação, há o cumprimento de uma demanda, seja essa um posicionamento político distinto de outros dispositivos informativos, seja essa o próprio preenchimento de um eventual hiato aberto pela falta de um jornal crítico (ou minimamente crítico).

Quanto à orientação do periódico, em relação às próprias formações discursivas disseminadas em seus produtos informativos, pode-se afirmar que seu cerne é progressista, haja vista esta passagem acerca da criação do jornal em uma de suas próprias matérias: “Em 1975, jornalista consolidado, depois de ler atentamente vários jornais, sobretudo os da chamada imprensa “alternativa”, Herbert de Moraes decidiu criar um jornal” (GOUVEIA, 2015;). Além disso, alguns dos articulistas que inspiraram a fundação desse veículo de comunicação foram: “Adelto Gonçalves, Antonio Candido, Antonio Callado, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Paul Singer, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Otto Maria Carpeaux, Hélio Jaguaribe, Paulo Francis Lauro de Oliveira Lima, Jean-Claude Bernardet, Aguinaldo Silva” (GOUVEIA, 2015). Esses, em sua maioria, intelectuais e críticos brasileiros alinhados ao espectro político de esquerda, por serem parte integrante da estrutura imaginária, cujos efeitos podem ser sentidos na profusão de novos jornalistas e seus textos, de um dispositivo de relevância para circulação de notícias, tornam-se também guias na arquitetura da discursividade ali produzida.

Como o dispositivo possui em seu nascedouro uma propensão ideológico-política, não é de se estranhar a ideia de que as formações discursivas, no interior das quais os enunciados fabricados pelo periódico, sejam guiadas pelo mesmo conjunto de preceitos, de modo que uma possível repercussão seja precisamente a configuração progressista das mensagens veiculadas pelo jornal. Um dos principais indícios dessa disposição, percebida no Jornal Opção, encontra-se no processo de formulação da matéria alvo desta investigação. Abaixo, pode-se conferir o texto, “Tocantins tem mais estabelecimentos religiosos do que instituições de educação e saúde, revela IBGE” (JARDIM, 2024), na sua integralidade.

Tocantins tem mais estabelecimentos religiosos do que instituições de educação e saúde, revela IBGE

Dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022 divulgados nesta sexta-feira, 02, mostram que o número de estabelecimentos religiosos supera o total de escolas e hospitais no Tocantins. Conforme o levantamento, existem 5.151 templos e igrejas no Estado, enquanto instituições de educação e saúde somam, juntas, 4.226 edificações. Nacionalmente, a realidade se repete. No país inteiro são 511.955 instituições de ensino e de saúde contra 579.798 estabelecimentos religiosos.

O Censo também revela que em 2022 o Tocantins contava com 654.815 domicílios particulares, 1.166 domicílios coletivos, 62.054 estabelecimentos agropecuários, 31.367 edificações em construção

No cenário nacional, o Brasil destaca-se pela predominância de domicílios particulares, totalizando 90,6 milhões. Os estabelecimentos de “outras finalidades”, englobando comércio, prédios públicos e culturais, ocupam a segunda posição com 11,7 milhões. Em terceiro lugar, estão os estabelecimentos agropecuários, seguidos por edificações em construção, estabelecimentos religiosos e instituições de ensino e saúde. Além disso, o Censo 2022 revela mudanças demográficas no Brasil, com a população tornando-se cada vez mais feminina e envelhecida, apresentando uma idade mediana de 35 anos. Destaca-se também o aumento significativo da população indígena, alcançando 1,7 milhão de pessoas, explicado pela revisão na metodologia da pesquisa para identificar mais precisamente essa população (JARDIM, 2024).

Desde o título ao corpo textual da matéria, há um favorecimento argumentativo sobre determinada perspectiva social segundo a qual os estabelecimentos religiosos são menos relevantes do que os educacionais e de saúde. Ao apontar tal funcionamento discursivo, não se pretende reposicionar uma eventual discussão a esse respeito, antes, volta-se à percepção de uma configuração do próprio enunciado, que é a própria notícia acima, ou seja, ressaltar, por meio do expediente da língua e seus arranjos, uma determinada formação discursiva existente em dado artefato cultural é, entre outras formas de compreender um fenômeno discursivo, um recurso comparativo, pois, conforme explicita Orlandi (2012), escolher uma formulação é, por extensão, excluir todas as outras possíveis. Por consequência, é necessário depreender da asserção inicial que a atribuição de menor importância a instituições religiosas e de maior importância a instituições de saúde e de escolarização parte de um princípio axiológico, cuja refração integra certa episteme.

Cabe atentar-se para a textualização do efeito de crítica, cuja construção sintagmática lineariza uma possível ambiguidade no título, porquanto se fundamenta em um superdimensionamento do primeiro elemento da tríade comparativa: instituições religiosas, de saúde e de escolarização. Todavia, ao ler-se “Conforme o levantamento, existem 5.151 templos e igrejas no Estado, enquanto instituições de educação e saúde somam, juntas, 4.226 edificações” (JARDIM, 2024), fica nítido que, de fato, o efeito de ambiguidade serve mais à produção de um “choque” no leitor do que a qualquer outra razão, já que o enunciado, nomeado “Tocantins tem mais estabelecimentos religiosos do que instituições de educação e saúde, revela IBGE” (JARDIM, 2024), opera segundo o funcionamento da formação discursiva progressista, no interior da qual o Estado deve deter maior importância a partir de seu conjunto de prestações de serviços e bens. Por

outro lado, há uma oposição dessa formação discursiva progressista à outra cuja previsão da mobilização da saúde e da educação, que podem ser ofertadas pelo governo em suas diversas esferas (municipal, estadual e federal), dá-se também por oferta privada.

Como a existência de uma formação discursiva predominante no enunciado não invalida a presença de outras que lhe opõem, ao contrário, faz com que haja justamente uma relação de poder entre seus núcleos de sentido e, conseqüentemente, com suas respectivas epistemes. No caso em que a crítica é feita ao quantitativo de estabelecimentos religiosos, em relação ao quantitativo de estabelecimentos de saúde e de escolarização, a primeira formação discursiva emerge do dialético compromisso com a segunda, conservadora, que é discreta e, somente, perceptível na discursividade do enunciado jornalístico em questão. Para explicitar verticalmente a significação do núcleo de uma formação discursiva e de outra, pode-se recorrer à descrição de Weber (2009), acerca da religião e seu efeito social, que afirma: “O tipo de educação propiciado pela atmosfera religiosa da comunidade e da família determina a escolha da ocupação, e, através dela, da carreira profissional” (WEBER, 2009, p. 21). Tal asserção ratifica a profusão do “receio” presente na formação discursiva progressista, já que a religião⁶, por meio de seus instrumentos, expedientes e estabelecimentos, possui, como os anais da História o provam, forte influência sobre os contornos do âmbito coletivo.

Diante do foi dito, ressalta-se a colocação de Foucault (2017) sobre o poder, pois, nas palavras dele, “O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2017, p. 101). Eis que o delineamento do poder, dado por Foucault, converge para a composição das formações discursivas verificadas, uma discretamente, outra argumentativamente, na arquitetura do enunciado “Tocantins tem mais estabelecimentos religiosos do que instituições de educação e saúde, revela IBGE” (JARDIM, 2024). Nesse direcionamento no qual o jogo de forças entre uma formação discursiva e sua oposta configura o cenário discursivo no qual a descrição representativa do circuito social dá-se pela valoração dissimétrica entre regimes epistêmicos distintos, os efeitos de sentido presentes na matéria sob análise corroboram o lastro polissêmico do poder observado por Foucault (2017) ao retratá-lo: “o poder não

⁶ Weber, em sua obra, diferencia as religiões católica e protestante, mas para este artigo tal problematização não é contributiva a ponto de carecer de um aprofundamento argumentativo.

é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2017, p. 101).

O manejo do poder, em suas redes tentaculares, dissemina-se desde os menores elementos constituintes de um enunciado até os direcionamentos de uma determinada formação discursiva, como é possível verificar na notícia sob investigação. Nela, há o encaixe dos dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao nível textual-discursivo, como ratificador institucional do quantitativo de estabelecimentos religiosos que, por sua vez, reproduz, por extensão, uma série de números vinculados a domicílios particulares, a domicílios coletivos, a estabelecimentos agropecuários e a edificações em construção. Tais informações, quando conduzidas por uma formação discursiva conservadora, possuem um determinado efeito, quando dirigidas por uma formação discursiva progressista, possuem outro, de modo que a inserção, como já se encontra localizada, caracteriza mais uma verticalização da leitura dos estabelecimentos religiosos como fontes privadas, nas quais as relações de poder movem-se segundo dinâmicas mais restritivas, do que uma simples constatação de um conjunto de referências.

Todavia, os enunciados justificam sua própria presença no interior das formações discursivas por meio da disseminação empreendida em inúmeros dispositivos (SOARES; BOUCHER, 2023), que neste caso é o Jornal Opção, arregimentados e/ ou modulados por epistemes, cujo valor social é determinado por fatores históricos, sociais, culturais, econômicos, políticos, entre outros. Desse mirante, uma dada episteme só pode ser compreendida a partir de seus produtos (FOUCAULT, 2007), dispositivos, formações discursivas e enunciados por meio de um processo, ainda que simplificado para um estudo como este, de decantação, ou seja, uma análise recursiva da decupagem dos integrantes de uma episteme é o expediente mais seguro para se depreender pelo menos parte de seu conteúdo. Com essa perspectiva delineada no horizonte deste exame, cabe uma leitura, em sua amplitude macro dimensional, para os saberes, em seu âmbito epistêmico, que conformam o enunciado “Tocantins tem mais estabelecimentos religiosos do que instituições de educação e saúde, revela IBGE” (JARDIM, 2024) em um dispositivo, já descrito, em uma formação discursiva, já abordada.

Visto que o poder, de acordo com a perspectiva aqui tratada, volta-se para as relações que, por sua vez, constituem saberes, ora genéricos, ora especializados, a episteme, como um complexo de poder-saber orientador do funcionamento do circuito social, presente, por seu lastro, no enunciado em análise encontra-se fundamentada nos valores de igualdade tanto entre a necessidade dos estabelecimentos de saúde e de educação quanto da demanda coletiva por estabelecimentos religiosos. Para que essa equalização discursiva entre estabelecimentos religioso, de saúde e de educação, e, por consequência, uma maior homogeneização na prestação de serviços ofertada por tais instituições, possa ser mais bem percebida, é preciso entender que há em tal episteme uma vontade de poder, cuja tradução mais simples é uma vontade de verdade, explicada por Noto (2010) nos seguintes termos: “(...) em uma forma discursiva que, mesmo estando no verdadeiro, não vê na verdade do que diz seu maior valor, mas sim na modificação que este dizer produz tanto naquele que fala quanto naquele a quem se fala” (NOTO, 2010, p. 24). Desse modo, uma episteme e seus regimes de saber-poder são conduzidos por uma vontade de verdade que, no caso da matéria jornalística em questão, respondem a um igualitarismo.

O discurso do Norte, cuja materialidade atravessa e constitui o Estado mais novo da federação brasileira (SOARES; BOUCHER, 2023), formata-se a partir de uma episteme igualitária, bem como as pequenas ou grandes convulsões sociais, *mutatis mutandis*, o são. Nesse direcionamento, a proporcionalidade de funções é uma busca relativamente comum por parte dos estabelecimentos, representados por instituições (de saúde, de educação e de religiosidade), cuja participação é visada por uma vontade de verdade inerente à propositura da própria episteme em vigor. Ora, é justamente por essa razão que há no enunciado, divulgado por meio do dispositivo *Jornal Opção*, uma crítica velada ao quantitativo de instalações destinadas à religiosidade em relação às voltadas para educação e para saúde, que deveriam, segundo tal apontamento, fundado na episteme igualitária, possuir maior prioridade e, portanto, maior número de estabelecimentos. Assim, no jogo das oposições de poder-saber, a representatividade religiosa parece ser menos desejada, porquanto sua função volta-se ao âmbito da metafísica, em sua abstração de percepção e de definição de fenômenos, ao passo que instituições de saúde e de educação se inclinam para a vida em seus âmbitos biológico e social.

A força social da religião, como um disseminador de sentidos e sujeitos (ORLANDI, 2012), integra-se à episteme vigente dialeticamente a partir de sua contradição no que concerne à prestação de serviços tanto da saúde quanto da educação, por meio de seus estabelecimentos.

De acordo com o índice de funcionamento dessa episteme igualitária, as entidades de saúde e educação possuem maior importância no circuito coletivo, de modo que as organizações religiosas reverberem, nos dados apresentados pelo enunciado jornalístico e sua formação discursiva, a crescente mobilização particular, não governamental, de agremiações voltadas para uma busca metafísico-espiritual. Em confronto a tal procura, que remonta aos primórdios de constituição da civilização humana, a episteme contemporânea igualitária reveste-se do compromisso de equivalência entre todas as instituições, públicas ou privadas, que fornecem serviços de necessidade básica à população, no entanto, a religião, manifestada em suas instalações, não parece cumprir, do ponto de vista social, com qualquer serviço elementar reclamado pela episteme igualitária.

Frente ao exposto sobre o enunciado da matéria Tocantins tem mais estabelecimentos religiosos do que instituições de educação e saúde, revela IBGE” (JARDIM, 2024), publicada no dispositivo informativo Jornal Opção, e suas conexões constitutivas acerca da formação discursiva progressista e da episteme igualitária que conformam determinado posicionamento, tracejando uma cosmovisão axiológica do funcionamento do circuito coletivo, afirma-se que, para além do exame discursivo da peça jornalística e seu conteúdo, há um conjunto de elementos encadeados na arquitetura do enunciado de tal maneira que, por mais que uma análise arquegenealógica trate-se de uma leitura vertical das micro e macro relações de poder investidas na sociedade, ultrapassa, em níveis qualitativo e quantitativo, o escopo proposto por esta investigação. Portanto, o empenho analítico aqui levado a sua consumação, a partir de sua metodologia interpretativa, finda-se sob o prisma do recenseamento feito mais adiante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de examinar as relações de poder envolvidas na constituição de instituições no Estado do Tocantins, em especial os estabelecimentos religiosos, associados aos de saúde e educação, a partir dos sentidos presentes na matéria intitulada

“Tocantins tem mais estabelecimentos religiosos do que instituições de educação e saúde, revela IBGE” (JARDIM, 2024), publicada no Jornal Opção, operacionalizando as noções de dispositivo, enunciado, formação discursiva e episteme, oriundas do arcaibouço arqueogenealógico foucaultiano, pode-se dizer que a propositura traçada para este artigo foi cumprida e, por conseguinte, seu rescaldo gesta no discurso do Norte (SOARES; BOUCHER, 2023) novas e oportunas frentes de pesquisa acerca das redes de constituição de saberes e poderes tanto do Norte, em sentido amplo, quanto do Norte, em sentido específico, voltado ao Tocantins.

Em um direcionamento recenseur das principais contribuições deste estudo e de algumas orientações de leituras sobre eventuais possíveis mal-entendidos, faz-se um breve retrospecto tanto da primeira dimensão quanto da segunda, mas não necessariamente nessa ordem. Assim, cabe um apontamento sobre o emprego dos aparelhos ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1992), delineado predominantemente na introdução para generalizar, no circuito de disseminação de informações integrativas de cidadãos, instituições cujo propósito é, entre os mais conhecidos, o de docilizar os sujeitos, de modo a facilitar o processo contínuo de socialização. A mobilização dos aparelhos ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1992) não vem acompanhada da incorporação da matriz teórica na qual essa noção é forjada, ou seja, o materialismo histórico, como método interpretativo do funcionamento social, figura como plano de fundo neste artigo, viabilizando, didaticamente, a aplicação do instrumental arqueogenealógico escolhido para tal.

No que tange aos mais elementares resultados obtidos por esta pesquisa, desenhasse, no quadro geral da análise desenvolvida, uma discussão que, por mais que ainda possa ser verticalizada por meio de outras leituras instrumentalizadas, trata de um assunto um tanto quanto delicado, porque diz respeito a crenças metafísicas, e complexo, porque se refere a um conjunto de elementos dispostos no circuito coletivo que este texto toca apenas discursivamente, quando não os tangencia. De acordo com essa perspectiva, a condução do rastreamento interno e externo ao texto alvo, por intermédio da descrição do dispositivo no qual esse foi veiculado, permitiu a compreensão de uma formação discursiva progressista decupada por uma episteme igualitária. Tal verificação concerne tanto ao direcionamento da notícia, segundo a organização de suas informações, quanto à configuração pretendida para uma sociedade na qual a religião e seus estabelecimentos

possuam menor importância do que a atual. Portanto, uma parcela das relações de poder (FOUCAULT, 2012), interpretadas por meio da investigação realizada, estabelecem com formações discursivas conservadoras e epistemes transcendentais um contínuo embate, materializado em inúmeros mecanismos, como, por exemplo, um enunciado em que há apontamentos quantitativos sobre instituições religiosas, de educação e de saúde.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, n. 5, Santa Catarina, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 13 de fev. 2024.

ALTHUSSER, A. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: Notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

DELEUZE, G. **Foucault**. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2017.
DIAS, C. Linhas, redes e filamentos: no fio do discurso da cidade. **RUA**, v. 22, p. 260-278, 2016. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/verpdf?publicacao_id=100. Acesso em: 7 de fev. 2024.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Salma Tannus Muchail. 9 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GOUVEIA, M. O jornalismo crítico do Jornal Opção completa quarenta anos. **Jornal Opção**. 2015. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/editorial/o-jornalismo-critico-do-jornal-opcao-completa-quarenta-anos-54798/#:~:text=Em%201975%2C%20jornalista%20consolidado%20%E2%80%94%20mais,Moraes%20decidiu%20criar%20um%20jornal>. Acesso em 16 fev. 2024.

JARDIM, E. Tocantins tem mais estabelecimentos religiosos do que instituições de educação e saúde, revela IBGE. Disponível em: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/sem-categoria/tocantins-tem-mais-estabelecimentos-religiosos-do-que-instituicoes-de-educacao-e-saude-536050/>. Acesso em 6 fev. 2024.

KREMER-MARIETTI, A. **Introdução ao pensamento de Michel Foucault**. Trad. César Augusto Chaves Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

NOTO, C. S. Vontade e Verdade em Foucault. **Philosophos**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 11-28, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/9084/pdf>. Acesso em: 16 dez. 2023.

ORLANDI, E. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

SOARES, T. B. Os limites da interpretação: uma reflexão sobre os usos da noção de discurso. **Revista Ratio Integralis**, Campanha, v. 3, n. 2, p. 175 - 184, jul./dez. 2023. Disponível em: https://www.seminariosenhoradasdores.com.br/files/ugd/5865b1_3fac2f34fd0c4d04a6e5e372c73ce34a.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

SOARES, T. B.; BOUCHER, D. F. **Discursos do Norte**: projeções identitárias, apagamentos e interpretações em redes de dizeres sobre o Tocantins. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

WEBER. M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2 ed. São Paulo. Cengage Learning, 2009.